

Traços de percursos de inserção profissional: um estudo sobre egressos dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais

PROFESSIONAL INSERTION PATH TRACES: A STUDY ON FORMER STUDENTS OF THE MINAS GERAIS STATE CONSERVATORIES OF MUSIC

MARIA ODÍLIA DE QUADROS PIMENTEL

Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba - UFPB (João Pessoa/PB)

► moquadros@yahoo.com.br

resumo

A presente pesquisa objetivou investigar a inserção profissional dos egressos dos cursos técnicos dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais (CEM). Nortearam o trabalho os conceitos de inserção profissional, trabalho, emprego e ocupação, além da definição de precarização e flexibilização do trabalho. O método escolhido foi o *survey* e a população foi composta pelos egressos dos cursos técnicos de dez dos 12 CEM dos anos de 2010, 2011 e 2012. O instrumento de coleta de dados foi o questionário autoadministrado via internet. O percurso da inserção profissional dos egressos é esboçado a partir dos traços deixados por eles. Os resultados indicaram que os percursos de inserção profissional dos egressos são marcados por características sociodemográficas; pela precocidade, tanto da formação quanto da atuação profissional; pela continuidade da formação, seja na área de música ou em outras áreas; e, em alguns casos, pela disfunção da inserção profissional, já que nem todos passam a atuar profissionalmente na área do curso depois de o terem concluído. Esses resultados poderão contribuir para uma melhor compreensão da articulação dos cursos com o mercado de trabalho da área de música e, de modo mais amplo, com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: inserção profissional em música; Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais; mercado de trabalho em música.

abstract

The present research aimed to investigate the professional insertion of the former students of the Minas Gerais State Conservatories of Music (CEM) technical education programs. This research was guided by the concepts of professional insertion, labor,

employment and occupation, as well as by the definition of job insecurity and work flexibility. The method chosen to carry out this study was the survey, and students, who have completed the technical education program from 10 out of the 12 CEMs in the years 2010, 2011 and 2012, composed the sample population of the survey. The data collection instrument was a self-administrated on-line questionnaire. The professional insertion path of the former CEM students is outlined from traces left by them. The results indicate that the former student's professional insertion path is marked by social-demographical characteristics; by precociousness, both in their formation and in their professional performance; by a continuity of their professional formation, in the musical field or in other areas of study; and, in some cases, by a professional insertion dysfunction, since not all of the former students have been working in the area of their formal training. The results of the present research can contribute to a better understanding of the programs' articulations with the job market for music graduates and, in a broader way, with the whole society.

KEYWORDS: professional insertion in music; Minas Gerais State Conservatories of Music; job market for music careers.

introdução

Algumas experiências vivenciadas durante a minha trajetória pessoal e profissional despertaram em mim o interesse em compreender a inserção profissional dos egressos da educação profissional técnica de nível médio em música. Dentre tais experiências, destaco: a minha participação como aluna e professora do curso técnico de canto e instrumento do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández (CELFL), localizado na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais; a formação em Administração; o envolvimento com cursos de qualificação em gestão e produção cultural; e a minha atuação profissional como cantora. Tais vivências levaram-me a refletir sobre os objetivos da educação profissional técnica de nível médio em música, sobre o que os alunos buscavam ao ingressarem em tal modalidade de ensino e o mercado de trabalho que lhes era reservado.

As experiências relatadas inspiraram dois estudos com egressos dos cursos técnicos do CELFL (Pimentel, 2011; Pimentel; Souza Júnior, 2012), que apontaram que a profissionalização não é prioridade para a maioria dos alunos, além de uma baixa inserção dos egressos no mercado de trabalho. A partir de uma revisão de literatura que abordou os aparatos legais da educação profissional técnica de nível médio no Brasil e da rede dos conservatórios mineiros, da qual o CELFL faz parte, a formação profissional técnica de nível médio em música e a atuação profissional e mercado de trabalho em música, esta pesquisa¹ objetivou investigar a inserção profissional dos egressos dos cursos técnicos dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais (CEM).

No presente artigo, exponho os pontos principais da revisão de literatura, os conceitos norteadores do trabalho, a metodologia utilizada e os seus principais resultados.

1. Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Del-Ben e financiada pelo CNPq.

revisão de literatura

A partir da Lei nº 11.741/08, a educação profissional técnica de nível médio passa a compor o capítulo da educação básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), o curso técnico:

É um curso de nível médio que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo. Acesso imediato ao mercado de trabalho é um dos propósitos dos que buscam este curso, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no setor produtivo. Este curso é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e para a obtenção do diploma de técnico é necessária a conclusão do ensino médio. (Brasil, 2012)

A análise da legislação que rege a educação profissional e tecnológica no Brasil me permitiu ampliar e complexificar meu entendimento dessa modalidade de educação. O foco dos critérios para se ofertarem cursos técnicos de nível médio no país não está voltado apenas ao atendimento às demandas do mundo do trabalho, mas também às demandas dos cidadãos e da sociedade, uma vez que a educação profissional técnica de nível médio está integrada à educação básica e baseada na formação do cidadão. A justificativa das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio está na consolidação das transformações do mundo do trabalho, modificando as relações entre trabalho e educação:

A nova realidade do mundo do trabalho, decorrente, sobretudo, da substituição da base eletromecânica pela base microeletrônica, passou a exigir da Educação Profissional que propicie ao trabalhador o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexos. (Brasil, 2013, p. 206)

O documento sustenta que a educação para o trabalho ainda não é vista como um direito universal e que os cursos técnicos ainda carregam o cunho assistencialista, uma vez que foram criados com a finalidade de oferecer cursos para pessoas de baixa renda, que tinham poucas possibilidades de ingressar nos cursos de graduação e necessitavam de adentrar, de maneira mais veloz, no mercado de trabalho. A incompreensão da abrangência da educação profissional faz com que muitos a associem exclusivamente à formação de mão-de-obra, enfatizando a separação entre as elites condutoras e o restante da população. Ao mesmo tempo, as Diretrizes são claras ao afirmarem que as mudanças sociopolíticas, que ressaltam a cidadania e buscam superar as condicionantes econômicas impostas pelo mercado de trabalho, vêm provocando uma mutação no exercício profissional nas atividades técnicas de nível médio.

A rede dos CEM se insere nas propostas da educação profissional brasileira. Essa rede é composta de 12 conservatórios, localizados estrategicamente em diferentes zonas do estado. Os CEM oferecem cursos técnicos de canto e instrumento. Através da Resolução no 718 de 2005, que rege a organização e funcionamento dos conservatórios, o governo apresenta os objetivos da formação profissional de músicos:

- I. a capacitação de alunos com conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades artístico-musicais;
- II. a habilitação profissional em nível técnico para o exercício competente de atividades profissionais na área da música;
- III. o aperfeiçoamento e a atualização de músicos em seus conhecimentos e habilidades, bem como a qualificação, a profissionalização e a requalificação de profissionais da área da música para seu melhor desempenho no trabalho artístico. (Minas Gerais, 2005, p.1)

Após revisar trabalhos que abordam a educação profissional técnica de nível médio em música (Carmona; Ribas, 2012; Correia, 2011; Costa, 2014; Esperidião, 2002; Leite, 2007; Lima, 2003; Oliveira, 2012), constatei que alguns autores apontam uma desarticulação entre os cursos técnicos de música e a atuação de seus egressos e, muitas vezes, esses cursos são vistos mais como preparatórios para o ensino superior do que cursos que preparam para o mercado de trabalho. As pesquisas tratam de casos isolados e, quase sempre, casos de egressos inseridos no mercado da música. Ainda são raros os trabalhos que buscaram mapear como ocorre a inserção profissional dos egressos dos cursos técnicos de música, mais especificamente, se os egressos estão se inserindo na área de música e, se não estão, quais seriam os motivos de sua não inserção.

Busquei, então, trabalhos que focassem a atuação profissional na área de música (Coli, 2003; Pichoneri, 2006; 2011; Requião, 2008; Salazar, 2010; Segnini, 2011) e que me auxiliassem a compreender como o músico tem atuado profissionalmente, quais oportunidades de trabalho ele tem encontrado, como se desenvolvem suas relações de trabalho e o que caracteriza o mercado de trabalho em música nos dias atuais.

Entre esses trabalhos, destaco o de Segnini (2011, p. 181), que caracteriza o mercado de trabalho do músico brasileiro como um mercado com predominância masculina, autônomo e sem vínculo empregatício. Os postos de trabalho fixos e estáveis, que sempre foram insuficientes na área, estão cada vez mais distantes dos músicos brasileiros. Os empregos que predominam se caracterizam pela casualidade, contingência e descontinuidade.

O crescimento do mercado de trabalho da área gera uma maior complexidade nas relações de trabalho, o que provoca a diversificação das atividades e o envolvimento de outros atores, além dos músicos. Alguns autores, na atualidade, propõem a existência de um “sistema cultural”.

Rubim (2011, p. 71) considera que o sistema cultural no contexto brasileiro é formado a partir de “um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural”. O autor divide o sistema em nove momentos que considera imprescindíveis ao movimento cultural: “1. Criação, invenção e inovação; 2. Divulgação, transmissão e difusão; 3. Distribuição e circulação; 4. Troca, intercâmbio e cooperação; 5. Preservação e Conservação; 6. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 7. Formação; 8. Consumo; e 9. Organização.” (Rubim, 2011, p. 106). A associação ou diferenciação desses momentos é determinada pela complexidade da sociedade.

Ao revisar a literatura sobre atuação profissional e mercado de trabalho em música, julguei necessário também apresentar as diferenças entre os termos trabalho, emprego e ocupação, dentro das relações de trabalho atuais, assim como as definições de flexibilização e precarização do trabalho, além do conceito de inserção profissional, principal norteador desta pesquisa.

conceitos norteadores

De acordo com Rocha-de-Oliveira (2012, p. 126), o termo inserção profissional surgiu na década de setenta, primeiramente na legislação e, posteriormente, em textos que discutiam as dificuldades com que os jovens se confrontam ao terminarem a sua formação e buscarem ingressar no sistema de emprego, “dificuldades essas que contribuem para que a passagem do universo da educação/formação para o mundo do trabalho deixe de ser um acontecimento biográfico instantâneo, para passar a ser um processo longo e complexo.”

Alves (2003, p. 136) afirma que o termo inserção profissional só adquire sentido e pertinência na sociedade a partir do momento em que “os espaços de trabalho e educação começam a estar dissociados e, por estarem dissociados, se coloca a questão da passagem entre eles.” Em vista disso, a inserção profissional se encontra no centro das discussões sobre a qualidade da educação. Como o termo inserção profissional está associado diretamente à obtenção de um emprego e de uma situação profissional estável, as relações entre educação e trabalho/emprego tendem a ser vistas, basicamente, como resultantes do funcionamento e opções do sistema de ensino. Alves (2003, p. 208), porém, considera que “é importante ter em conta o facto de que as relações entre educação e trabalho/emprego devem ser entendidas sob a forma de uma *interacção*, excluindo a existência de uma determinação do trabalho/emprego sobre a educação ou o inverso.”

Rocha-de-Oliveira (2012) ressalta que, muitas vezes, egressos de algumas áreas profissionais não encontram postos de trabalho que condizem com a sua formação. “Mesmo nesse caso, ocorre inserção profissional, embora essa possa ser considerada uma disfunção que pode ser analisada como o fracasso no ingresso dentro do campo de atuação pretendido.” (Rocha-de-Oliveira, 2012, p. 126). Para Alves (2003, p. 170-171), “as dificuldades de inserção explicam-se principalmente pelos modos de gestão da mão-de-obra privilegiados pelos empregadores, bem como pela situação geral do mercado de trabalho e pela área, natureza e nível da formação do indivíduo.” Os indicadores da inserção profissional são mais favoráveis aos sujeitos com maior nível de escolaridade e de formação não-terciária, ou seja, sujeitos com formação em cursos que remetem para atividades nos setores de atividade primária (agricultura) e sobretudo secundária (indústria) e não para o setor de serviços. São considerados fatores secundários da dificuldade de inserção o sexo, a idade e a região na qual o sujeito habita.

Alves (2003, p. 169) considera que a inserção profissional deve ser compreendida como um processo cada vez mais longo, complexo e relativamente autônomo relacionado com os períodos de formação e de emprego. “Um tal processo é vivenciado por um número crescente de pessoas e engloba estados de formação, emprego e desemprego, não podendo ser ignoradas as suas dimensões institucionais e o seu caráter socialmente estruturado.” Para tal, é necessário disseminar as dimensões mais institucionais do processo de inserção profissional, permitindo situá-lo num contexto macro, assim como salientar o papel do Estado e das entidades empregadoras no modo como o processo de inserção profissional decorre. A autora afirma ainda que a inserção profissional não corresponde a uma lógica de articulação entre dois espaços e duas hierarquias (de educação e de trabalho/emprego), mas sim, a uma lógica de percurso e de processo em que as fronteiras dos dois espaços se confundem.

Portanto, assumo no presente trabalho o conceito de inserção profissional apresentado por Alves (2003) que considera a inserção profissional a partir de uma lógica de percurso, sendo que tal percurso depende das oportunidades e da estabilidade que a área pretensa viabiliza, das condições de trabalho, das políticas de trabalho/emprego e também de questões subjetivas, que provocam uma não linearidade nas relações de educação e trabalho/emprego. Para melhor compreender a inserção profissional dos egressos dos cursos técnicos dos CEM, tendo em vista o surgimento de novas formas de trabalho que vão além do emprego formal, considere necessário distinguir os termos trabalho, emprego e ocupação e definir flexibilização e precarização do trabalho.

O conceito de trabalho escolhido abrange não apenas o trabalho remunerado, mas também o trabalho não remunerado e o trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

Trabalho [...] engloba todas as actividades, remuneradas ou não, de produção e distribuição de bens e serviços, desde as que são passíveis de transacção na esfera económica/concorrencial até aquelas que são prestadas à margem de qualquer relação mercantil e que se revestem de utilidade social (veja-se também e.g. Hirata e Kergoat, 1998). Neste sentido, o trabalho tanto pode ter lugar na esfera económica, no espaço doméstico, como ter expressão em actividades cívicas e de voluntariado. (Casaca, 2005, p.5)

De acordo com Woleck (2002, p. 7), a palavra emprego tem sua origem na língua inglesa em 1400, significando alguma tarefa ou empreitada, e, “a partir do século XIX, passou a ser entendida como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização.” Para que haja emprego tem que haver a relação entre um empregado e um empregador; emprego é “a compra da força de trabalho ou da capacidade de produzir de um trabalhador por um empregador.” (Moreira; Antonello, 2011, p. 103-104).

Para Oliveira e Silveira (2012, p. 151), “a crise hoje é do emprego e não do trabalho. O emprego formal parece estar deixando de ser um território privilegiado de inserção do sujeito na estrutura social.” Por trás dessas transformações, estão o avanço e a ampliação da flexibilização e precarização do trabalho.

Holzmann e Piccinini (2011) apresentam a seguinte definição de flexibilização:

Flexibilização relativa ao mundo do trabalho é o conjunto de processos e de medidas que visam alterar as regulamentações concernentes ao mercado de trabalho e às relações de trabalho, buscando torná-las menos ordenadas e possibilitando arranjos considerados inovadores diante de uma forte tradição de controle legal das relações laborais. (...) A proposta de flexibilização contrapõe-se a essa tradição, que diz respeito às proteções que os trabalhadores obtiveram nas condições de venda e uso de sua força de trabalho e à garantia de direitos a benefícios e serviços decorrentes de sua condição de trabalhadores. (Holzmann; Piccinini, 2011, 196)

A definição supracitada corrobora Segnini (2009), para quem a flexibilização é mostrada como algo positivo no mercado de trabalho, mas caminha contrária aos direitos trabalhistas, conquistados pelos trabalhadores no decorrer do tempo, visto que provoca insegurança e instabilidade. Moreira e Antonello (2011, p. 112) definem a precarização do trabalho como a “situação cada vez mais precária e a constante perda de direitos que os trabalhadores estão submetidos desde o advento do capitalismo como principal sistema econômico no mundo, principalmente após a década de 1970 com o regime de acumulação flexível.” Os autores consideram que, sob o discurso de que o trabalhador precisa estar cada vez mais qualificado, treinado e possuir conhecimentos múltiplos, “o capitalismo esconde suas contradições intrínsecas, sobretudo o fato de precisar de cada vez menos trabalhadores para ser auto-sustentado e garantir sua reprodução.” (Moreira; Antonello, 2011, p. 113).

Diante desse contexto, faz-se importante apresentar o conceito de ocupação, termo bastante utilizado em documentos oficiais brasileiros relacionados a trabalho. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, o termo ocupação é considerado um conceito sintético e não natural, elaborado pelos analistas ocupacionais. O referido documento define ocupação como “a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.” (Brasil, 2002, p. 5-6). No relatório da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (PNAD) de 2012, a ocupação é definida como “o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.” (Brasil, 2012, p. 28). A ocupação refere-se a todas as atividades de que proveem o sustento do indivíduo. “Assim, o *emprego* subentende a venda da força de trabalho para o capital, enquanto que a ocupação não se encontra subordinada diretamente a esta relação.” (Moreira; Antonello, 2011, p. 104, grifo dos autores).

Aliar o conceito de inserção profissional à distinção entre trabalho, emprego e ocupação e à definição de flexibilização e precarização do trabalho foi o caminho escolhido para analisar a inserção profissional dos egressos, que inclui suas condições de trabalho e o mercado no qual atuam, de forma mais precisa e complexificadora, como se pretende demonstrar nos resultados deste artigo. Antes deles, apresento a metodologia da pesquisa.

metodologia

Com base na literatura, optei pela abordagem quantitativa e pelo método de pesquisa de levantamento ou *survey*, que tem como premissa “fornecer estimativas estatísticas das características de uma população-alvo, de um conjunto de pessoas” (Fowler Jr., 2011, p. 22). O instrumento de coleta de dados escolhido para a pesquisa foi o questionário autoadministrado via internet. Escolhi esse instrumento devido ao tempo disponível para a coleta, ao número de egressos que seriam investigados e à diversidade de localidades dos conservatórios. O questionário foi elaborado exclusivamente para a presente pesquisa, tendo como base autores que abordam a elaboração de questionários autoadministrados para *surveys*, como Babbie (1999) e Fowler Jr. (2011); as possibilidades de trabalho na área de música, apresentadas por Salazar (2010); e os exemplos de questionários apresentados pela pesquisa nacional de egressos de cursos técnicos (Brasil, 2009) e pelos meus estudos anteriores (Pimentel, 2011; Pimentel; Souza Júnior, 2012). Escolhi a plataforma de questionários *on-line Survey Monkey* para aplicar o questionário aos egressos.

A população do *survey* foi composta pelos egressos dos anos de 2010, 2011 e 2012 de dez dos 12 CEM. A técnica de amostragem escolhida foi a amostragem probabilística. A minha amostra foi composta por 315 egressos, ou seja, 51,89% da população do *survey*, e caracterizada como aleatória simples, uma vez que foram considerados todos os egressos que se dispuseram a participar da pesquisa. Para analisar os dados, foi utilizada a estatística descritiva, realizada a partir de análises univariadas, bivariadas e comparação de subgrupos, e a estatística inferencial, realizada através de testes de significância estatística.

Devido ao método de pesquisa escolhido, que busca generalizações de uma população e lida com um número maior de pesquisados, e ao seu caráter exploratório, compreendo que esta pesquisa não consegue delinear completamente os percursos dos egressos dos CEM. No entanto, tem a plena possibilidade de reconhecer traços desses percursos que serão importantes para identificar como se dá a inserção profissional na área de música e se existe alguma disfunção dessa inserção, de que maneira os egressos estão trabalhando na área, qual a avaliação que eles fazem do curso técnico e do mercado de trabalho na área de música, com a intenção de avaliar as relações que esses egressos fazem entre a educação e o trabalho/emprego. A seguir, apresento os resultados da pesquisa.

resultados

O percurso da inserção profissional dos egressos dos CEM é esboçado na pesquisa a partir dos traços que foram deixados por eles e que são imprescindíveis para demarcar

aspectos que demonstram as relações que os egressos estabelecem entre o curso técnico oferecido pelos CEM e suas escolhas profissionais. Tais traços serão descritos a seguir.

Os percursos de inserção profissional dos egressos são marcados por características sociodemográficas. Os resultados mostraram que a procura pelos cursos técnicos dos CEM tem relação com sua idade, sexo, raça/etnia e religião. O público dos cursos técnicos dos CEM se concentra no público jovem (58,47% dos egressos têm até 25 anos) e, considerando que os pesquisados têm no máximo quatro anos de formados, é provável que parte deles tenha cumprido o curso em concomitância com o ensino médio. Isso significa que os cursos técnicos dos CEM têm cumprido o seu objetivo de atender prioritariamente o público jovem. A feminização dos egressos (64% são mulheres) influenciou desde a escolha do instrumento a ser cursado até a inserção profissional na área de música. Os resultados apontaram que a 55,56% deles se autodenominam brancos, além de mostrar um número de evangélicos superior a dados estaduais e nacionais (25,70%), o que pode indicar a influência dessa religião na busca pela profissionalização em música, corroborando resultados da literatura.

Idade e sexo são características sociodemográficas que também marcam a inserção profissional dos egressos dos CEM. Sua juvenildade concorreu para que a maioria não atuasse profissionalmente antes de ingressar no curso técnico, podendo-se considerar que esses egressos deram início ao seu percurso de inserção profissional após a conclusão do curso. No que se refere à feminização, os resultados de um teste de significância estatística e uma comparação de subgrupos confirmam características históricas da área e minha especulação de que o número excedente de mulheres dentre os egressos pode ter influenciado a inserção profissional na área de música. Devido à sua relação histórica com a música, as mulheres podem não buscar o curso pela profissionalização, mas sim para sua formação geral.

Para 77,32% dos egressos, a formação profissional em nível médio não representa o início de sua formação em música. Os resultados da pesquisa mostraram a precocidade dos estudos musicais, visto que 51,65% iniciaram seus estudos no próprio conservatório, quando crianças. Essa precocidade influencia a inserção profissional, existindo associação entre quem atua na área de música e quem estudou música antes de ingressar no curso técnico.

Assim como muitos já estudavam música antes de ingressar no curso técnico em música, 10,72% dos egressos já estavam inseridos na área de música antes de iniciarem o curso, o que demonstra que a inserção profissional para tais egressos, assim como para aqueles que já estavam inseridos profissionalmente em outra área (32,14%), já havia se iniciado. A profissionalização precoce dos egressos dos CEM corrobora a ideia da não linearidade entre educação e trabalho/emprego, indicada pela literatura sobre inserção profissional.

A formação e o trabalho anteriores ao ingresso no curso técnico contribuem para a compreensão dos motivos que levaram os egressos a buscar o curso técnico. A maioria deles buscou o curso técnico por gostar de música (81,79%) e para dar continuidade aos seus estudos no CEM (54,63%). A educação musical promovida pelos conservatórios parece ser percebida como contínua e cumulativa. Ficou claro que muitos egressos não se inseriram no curso buscando a profissionalização, ou porque já atuavam em outra área ou porque buscavam somente dar continuidade aos estudos musicais no CEM. Isso pode ser melhor compreendido ao se considerar a estrutura e as finalidades dos CEM. A Rede de Conservatórios Estaduais de Música dá ao estado de Minas Gerais destaque nacional, como um dos estados brasileiros que mais oferecem ensino especializado de música gratuito à sua população. A formação profissional de nível médio é apenas uma das funções dessa rede, que também é responsável pela educação musical em nível fundamental e por difusão cultural.

Assim como não se inicia no curso técnico, o processo de formação, para a maioria dos egressos, não se esgota no nível médio, visto que 72,73% deram continuidade aos seus estudos. No entanto, apenas 33,77% afirmaram ter dado continuidade aos estudos musicais, o que corresponde a menos da metade do total de egressos que ainda estudava. Os resultados mostraram que esses egressos buscaram muito mais o curso de licenciatura do que o bacharelado em música, curso que daria continuidade à formação do músico profissional.

Da mesma forma que alguns começam a estudar música bem antes do curso técnico e começam a trabalhar antes da formação profissional em nível médio, nem todos passam a atuar profissionalmente na área do curso depois de o terem concluído. Os resultados indicaram que 64,29% dos egressos estão inseridos profissionalmente, sendo que 19,81% somente trabalham e 44,48% trabalham e estudam. Desses, metade atua na área de música, sendo que 27,27% trabalham exclusivamente na área de música e 22,73% atuam na área de música e em outra área profissional. Em relação ao total da amostra, essas proporções indicam que 32,14% atuam na área de música. Novamente, os resultados demonstraram a não linearidade dos percursos de inserção profissional dos egressos dos CEM. Parte dos que não atuam na área de música afirmou que, desde o início de sua formação nos CEM, não tinha interesse em atuar na área, porém, a maioria afirma que tinha interesse, mas não encontrou oportunidades na área ou encontrou oportunidades melhores em outra área.

A não atuação profissional na área de música caracteriza uma disfunção da inserção profissional dos egressos dos CEM. Essa disfunção pode ser decorrência de vários fatores, como a falta de interesse em se profissionalizar na área de música, já relatada, e a precarização do mercado de trabalho da área.

Os resultados referentes às condições de trabalho dos egressos pesquisados indicam que o salário de 61,93% está abaixo da média nacional, independentemente destes estarem inseridos na área de música ou não. Isso pode estar relacionado ao fato da maioria deles ser composta por jovens que estão iniciando o percurso de sua inserção profissional e têm carga horária de trabalho reduzida. Apesar da escassez de empregos apontada pela literatura, 58,88% trabalham vinculados a empresas ou ao Estado, numa relação de empregado e empregador, isto é, de emprego. Dentre os egressos, 7,61% afirmaram que são empregados sem carteira assinada e 11,17% trabalham sob contrato temporário, o que pressupõe uma precariedade e instabilidade das relações de trabalho. Apesar dos sinais de instabilidade, precariedade e flexibilidade no trabalho e dos baixos salários, a satisfação dos egressos com seu trabalho é alta (64,98%), confirmando a asserção da literatura de que as suas escolhas profissionais vão além dos níveis salariais e da estabilidade de emprego.

A disfunção da inserção profissional não está relacionada à qualidade da formação vivenciada no curso técnico, já que a avaliação dos cursos pela grande maioria dos egressos é bastante positiva. Foram avaliados a infraestrutura dos CEM, o curso técnico e conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e seus professores. Todos os quesitos foram avaliados pela maioria como bom ou ótimo. Em relação às expectativas dos egressos, 70,52% afirmaram que o curso técnico atendeu às suas expectativas. Testes de significância estatística apuraram que tanto aqueles que atuam na área musical como os que não atuam consideram que a sua formação foi boa e atendeu às suas expectativas, o que demonstra que os cursos atenderam tanto os egressos que buscaram o curso por gostarem de música e aqueles que buscavam dar continuidade aos estudos musicais, como os que buscavam se profissionalizar.

Os egressos que não estão envolvidos com atividades profissionais afirmaram que a falta de tempo e de oportunidades foram os principais motivos para tal. Menos da metade desses egressos pretende ainda atuar na área musical, porém, metade ainda exerce trabalho não remunerado na área, significando que, mesmo não atuando profissionalmente, tais egressos não deixaram de tocar e cantar, utilizando os conhecimentos adquiridos no curso técnico, o que auxilia a compreender a avaliação positiva que a grande maioria faz dos cursos dos CEM. Eles continuam fazendo música por hobby, como voluntários, por escolhas ligadas à sua religiosidade ou, ainda, pela falta de oportunidades profissionais (remuneradas) na área de música.

Os egressos que atuam exclusivamente na área de música, predominantemente, têm uma carga horária semanal de trabalho de 11 a 20 horas e atuam como autônomos, o que sugere empregos escassos na área de música, apesar do número de atividades profissionais indicadas por eles. Em concordância com a literatura, existe uma crise do emprego na área de música, não do trabalho. Um teste de significância estatística apurou uma associação significativa entre egressos que não estavam inseridos no mercado de música e empregados com carteira assinada, demonstrando que a escassez de empregos pode ter afastado aqueles que priorizavam a estabilidade profissional, que, como afirma Segnini (2011), está cada vez mais distante da realidade do músico brasileiro. A avaliação que os egressos dos CEM, de modo geral, fazem do mercado de trabalho da área de música, é negativa: 77,60% consideram que em sua região existem poucas ofertas de emprego na área de música e 65,58% que o mercado remunera os profissionais da música pior do que os de outras áreas.

As atividades musicais realizadas profissionalmente pelos egressos são variadas e têm relação com vários momentos do sistema cultural e com a precariedade do mercado musical, no qual o músico se envolve com várias atividades a fim de se equilibrar financeiramente. Os egressos são formados como cantores e instrumentistas, mas se envolvem com outras atividades além da performance e outros momentos do sistema, principalmente os momentos de formação e organização da cultura. Foi possível perceber que, em atividades musicais anteriores ao curso e atividades musicais não remuneradas posteriores ao curso técnico, eles se envolvem mais com a performance do que em atividades remuneradas. Os resultados apontam que, embora os cursos técnicos dos CEM tenham como finalidade central a formação de cantores e instrumentistas, eles não fixam uma identidade única para seus egressos.

considerações finais

A inserção profissional de egressos dos cursos técnicos de canto e instrumento dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais é marcada por uma dimensão subjetiva, que inclui fatores como idade e sexo, interesses e motivações pessoais, como o gosto pela música e o desejo de dar continuidade aos estudos e às práticas musicais, aliada à busca de certas condições de trabalho e à satisfação profissional, que não se alcança somente com bons salários e estabilidade. O que se percebe é a existência do que Rocha-de-Oliveira (2012, p. 51) identifica como um “mosaico de trajetórias”, que se constitui a partir de egressos que permanecem na área de música, seja estudando, trabalhando, ou estudando e trabalhando, egressos que se deslocam para outras áreas porque não encontraram, na área de música, as condições de trabalho desejadas, egressos que trabalham em outras áreas porque não buscavam se profissionalizar em música, egressos que, apesar de trabalhar em outra área,

mantêm-se vinculados à área de música, desenvolvendo trabalho voluntário, contribuindo, assim como os egressos que atuam profissionalmente na área, para a manutenção do sistema cultural. Os cursos técnicos dos CEM fazem parte do mosaico de trajetórias de seus egressos, não sendo, em muitos casos, um fator determinante da inserção profissional, mas exercendo um papel importante ao proporcionar o aprimoramento de seus egressos como cantores e instrumentistas, pois, segundo Morato (2009), o que legitima a profissionalização em música é o saber fazer.

Os resultados mostraram a complexidade da inserção profissional dos egressos dos CEM na área de música, uma vez que as atividades musicais remuneradas, exercidas por eles, são variadas e não pertencem a um único momento do sistema cultural. Considero que, ao identificar e analisar fatores envolvidos no processo de inserção profissional dos egressos da educação profissional em música, esta pesquisa contribuiu para uma melhor compreensão da articulação dos cursos técnicos dos CEM com a sociedade e com o mercado de trabalho da área de música. Trazer dados sobre o mercado de trabalho no qual atuam os egressos dos cursos técnicos dos CEM permitiu identificar suas atividades profissionais e condições de trabalho. Tais dados, do mesmo modo que outros dados gerados pela pesquisa, como a avaliação dos egressos sobre os CEM, os motivos que os levaram a buscarem o curso e as características dos egressos, poderão subsidiar a avaliação e o planejamento dos cursos técnicos dos CEM.

Além disso, os traços dos percursos de inserção profissional dos egressos dos CEM aqui identificados podem servir de ponto de partida para que pesquisas futuras busquem aprofundar a compreensão desses percursos, em especial, de seus elementos subjetivos, como o detalhamento das razões que levaram egressos a trabalharem exclusivamente ou parcialmente com a música ou a não se inserirem na área de música, além das imbricações entre raça/etnia e sexo e a inserção profissional na área de música. Considerando que a inserção profissional não pode ser vista como uma consequência da educação, por uma via de mão única, novos estudos sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas para a área poderão sinalizar outros fatores envolvidos na relação entre educação e trabalho/emprego, que não foram contemplados nessa pesquisa.

Por fim, os resultados também sinalizam a necessidade de maior reflexão sobre concepções e crenças em relação à formação técnica promovida pelos conservatórios, já que a avaliação positiva que os egressos fazem dos cursos técnicos dos CEM, independente das suas escolhas e trajetórias profissionais, contraria estudos anteriores que apontam uma desvinculação de cursos técnicos de música com o mercado e, de modo mais amplo, com a sociedade. Isso sugere a necessidade de também se investigar os motivos que levam alguns estudantes a evadirem dos cursos técnicos dos CEM, problema que não pôde ser abordado por esse trabalho.

referências

- ALVES, Mariana Gaio. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa Perspectiva Educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003. 484 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Surveys*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. v. 32. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos*. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Brasília, 2009.

CARMONA, Raquel; RIBAS, Maria Guiomar. Curso Técnico de Música: que sentido para os estudantes? Que papel formador? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 22., 2012, João Pessoa. *Anais*. João Pessoa: ANPPOM, 2012. p. 830-837.

CASACA, Sara Falcão. Flexibilidade, Trabalho e Emprego: ensaio de conceptualização. *Instituto Superior de Economia e Gestão - SOCIUS Working papers*. Lisboa, n. 10, nov. 2005.

COLI, Juliana Marília. "Vissi D'Arte" Por Amor a uma Profissão (um estudo sobre as relações de trabalho e a atividade do cantor no teatro lírico). Campinas: Unicamp, 2003. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CORREIA, Sílvia Gomes. *Sentidos da Educação Profissional Técnica em Nível Médio: um estudo de caso com alunos do Centro de Formação Profissional em Música Walkíria Lima, Macapá/AP*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COSTA, Cristina Porto. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Música: formação de instrumentistas e inserção laborativa na visão de seus atores: o caso do CEP- Escola de Música de Brasília*. Brasília: UnB, 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ESPERIDIÃO, Neide. Educação Profissional: reflexões sobre o currículo e a prática pedagógica dos conservatórios. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 7, p. 69-74, 2002.

FOWLER JR., Floyd J. *Pesquisa de Levantamento*. Tradução de Rafael Padilha Ferreira. Porto Alegre: Penso, 2011.

HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmíria. Flexibilização. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2. ed. rev. ampl., Porto Alegre: Zouk, 2011.

LEITE, Jaqueline Câmara. *O Curso Técnico de Música do Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes na Atuação Profissional de seus Egressos: uma abordagem sociohistórica*. Salvador: UFBA, 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LIMA, Sonia Regina Albano de. A Resolução CNE/CEB 04/99 e os Cursos Técnicos de Música na Cidade de São Paulo. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 8, p. 81-83, mar. 2003.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. *Resolução no 718, de 18 de novembro de 2005b*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino de música nos Conservatórios Estaduais de Música e dá outras providências, Belo Horizonte, 2005.

MOREIRA, Rafael Mendes; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Precarização do Trabalho: o microcrédito como possibilidade de desenvolvimento socioespacial. *RA'É GA*, Curitiba, v. 23, p. 98-123, 2011.

OLIVEIRA, Beatriz de Macedo. *Formação de Nível Técnico e Atuação Profissional do Egresso do Conservatório Estadual de Música de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. O(s) Sentido(s) do Trabalho na Contemporaneidade. *Revista de Estudos Linguísticos Veredas*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 149-165, 2012.

PICHONERI, Dilma Fabri Marão. *Músicos De Orquestra: um estudo sobre educação e trabalho no campo das artes*. Campinas: Unicamp, 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. *Relações de Trabalho em Música: a desestabilização da harmonia*. Campinas: Unicamp, 2011. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PIMENTEL, Maria Odília de Quadros. O Curso Técnico do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández sob o Olhar de seus Egressos: o perfil do profissional formado e suas perspectivas sobre o mercado de trabalho. In: CONGRESSO ANUAL DA ABEM, 20., 2011, Vitória. **Anais**. Vitória: ABEM, 2011.

PIMENTEL, Maria Odília de Quadros; SOUZA JÚNIOR, Carmerindo Miranda de. O Egresso do Curso Técnico do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández e o Mercado de Trabalho do Século XXI. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 22., 2012, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: ANPPOM, 2012. P. 1472-1479.

REQUIÃO, Luciana Pires de Sá. *"Eis aí a Lapa..." Processos e Relações de Trabalho do Músico nas Casas de Shows da Lapa*. Niterói: UFF, 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção Profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 124-135, jan/mar. 2012.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SALAZAR, Leonardo. *Música Ltda: o negócio da música para empreendedores* (inclui um Plano de Negócios para uma banda). Recife: Sebrae, 2010.

SEGNINI, Liliانا Rolfsen Petrilli. À Procura do Trabalho Intermitente no Campo da Música. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 16, n. 30, p. 177-196, 2011.

WOLECK, Aimoré. O Trabalho, a Ocupação e o Emprego. Uma perspectiva histórica. *Revista de Divulgação Técnico-Científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação*. Disponível em: <<http://www.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01156/CONCEITOSDETRABALHOEMPREGO.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2014.

Recebido em
24/08/2015

Aprovado em
21/09/2015

Maria Odília de Quadros Pimentel é doutoranda em Música - Educação Musical, pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em Música - Educação Musical, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Educação Musical pelas Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros. É licenciada em Artes - ênfase: Música/Canto e bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).